

## CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UFMS/CPNV (2016-2020)

**Lucas de Aguiar Lima,**  
UFMS/CPNV,  
aguiar\_lima@hotmail.com.br

**Telma Romilda Duarte Vaz,**  
UFMS/CPNV,  
trdvaz@gmail.com

### RESUMO

Compartilhamos no presente artigo resultados e encaminhamentos de uma pesquisa, na modalidade de trabalho de conclusão de curso (TCC), vinculada à licenciatura em Ciências Sociais da UFMS/CPNV e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Inovação, Políticas Públicas e Educação (GEPPIPE). O estudo objetiva identificar/caracterizar as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no período de 2016 a 2020 nos cursos de Administração, Ciências Sociais e Pedagogia, primeira etapa da produção de dados do trabalho. Com a caracterização, visaremos, posteriormente, localizar acadêmicos que participaram destas atividades e tiveram sua permanência no Ensino Superior potencializada pela via da efetivação do papel que o tripé universitário parece exercer na contemporaneidade. Em relação ao referencial teórico, destacamos elementos da indissociabilidade e a função social que a Universidade exerce. A metodologia se inscreve no campo dos estudos qualitativos em uma correlação com o método quantitativo, uma vez que adotamos análise percentual. Os resultados parciais permitem inferir que o CPNV tem significativas ações destinadas para a formação transversal dos estudantes dos cursos analisados, além disso, as atividades descritas, ao que os dados sinalizam, direcionam-se para compor unidades formativas fundamentais aos profissionais da área de Administração, bem como da formação de professores à Educação Básica.

**Palavras-chave:** Ensino-pesquisa-extensão; Ensino Superior; UFMS/CPNV.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao reunir argumentos para sustentação teórico-metodológica da discussão sobre o acesso à Universidade por acadêmicos considerados em situação de vulnerabilidade no tempo presente, no trabalho de conclusão de curso em desenvolvimento por nós, consideramos pertinente destacar elementos constitutivos da proposta de investigação. Como anunciado no resumo, o presente artigo trata-se de um recorte temático do estudo intitulado "Narrativas sobre o papel de projetos de ensino-pesquisa-extensão na formação e inclusão de estudantes da

UFMS/CPNV: entre sentidos e experiências" que objetiva analisar como se dá a inclusão de acadêmicos autodeclarados vulneráveis socioeconomicamente a partir da inserção em projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados diretamente aos seus cursos de formação inicial: Administração, Ciências Sociais e Pedagogia<sup>1</sup>. Contudo, para este artigo, intencionamos identificar/caracterizar as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no período de 2016 a 2020 nos cursos de Administração, Ciências Sociais e Pedagogia, primeira etapa da produção de dados do trabalho.

A aproximação e interesse pelo feito da pesquisa deve-se à vinculação do primeiro autor ao Grupo de Estudos em Pesquisas em Inovação, Políticas Públicas e Educacionais (GEPPIPE/CNPq), junto à linha de pesquisa "Políticas Educacionais, Movimentos Sociais e Direitos Humanos", coordenado pela segunda autora deste texto, a qual é docente do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFMS – *Campus* Naviraí (CPNV). Também é fator motivacional para processos de apropriação de referenciais teórico-metodológicos o fato de ser de grande relevância o desenvolvimento de trabalhos investigativos no campo das ações afirmativas em uma abordagem pós-colonial (SANTOS, 1996; SANTOS, 2007; SANTOS, 2008; VAZ, 2018).

A estrutura do artigo, dado foco do que aqui se apresenta, tem 4 seções para além desta introdução: 1) referencial teórico, momento em que problematizamos brevemente o surgimento da Universidade no contexto brasileiro e o papel do tripé universitário; 2) a abordagem metodológica empreendida para discussão quanti-qualitativa das ações desenvolvidas no CPNV no período circunscrito para o levantamento dos projetos; 3) caracterização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e algumas inferências acerca de suas potencialidades, as quais são mais bem delineadas no texto original do trabalho monográfico; e 4) considerações finais, frente ao processo de organização dos dados são destacadas limites e perspectivas futuras a partir do olhar para o objeto de apreciação discutido ao longo do trabalho.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

---

<sup>1</sup> Atualmente o CPNV conta com quatro cursos de nível superior: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e Pedagogia. Contudo, dadas as especificidades de nosso estudo e o levantamento das ações desenvolvidas anteriormente, o curso de Arquitetura e Urbanismo não se caracterizou objeto de apreciação, uma vez que este é recente na UFMS e fora implementado no primeiro semestre de 2020. Dentre os demais, cumpre salientar que Ciências Sociais e Pedagogia são as licenciaturas pioneiras, as quais foram implementadas quando do momento da implementação do *campus* da Universidade em Naviraí em 2009, já Administração teve seu início em 2017, tornando-se assim o terceiro curso superior do CPNV.

Compreender e constituir um cenário de Universidade inclusiva, a qual distintos grupos, inicialmente, de classes sociais diferentes convivem entre si implica superar suas bases epistêmicas, ou seja, o modelo elitista destacado pelos autores que contribuíram para traçar o histórico que demarcou a fundação das primeiras Faculdades e/ou Institutos no território nacional. Longe de comprometer-nos com a discussão histórica, intencionamos, neste tópico de discussão, contextualizar o resgate de suas bases, mas sobretudo, avançar para perceber o papel do tripé ensino-pesquisa-extensão na formação de universitários público-alvo das políticas de ações afirmativas, debate recorrente e necessário nos últimos anos.

Boaventura de Sousa Santos (2007), ao discutir a valorização dos conhecimentos para à mudança global cognitiva, chega ao que denomina de ecologia de saberes à uma reforma utópica. Segundo o autor, é uma "ecologia" porque esta "[...] se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia" (SANTOS, 2007, p. 22-23). Contudo, essa valorização se dá a uma elaboração de um novo pensamento, um pensamento "pós-abissal", dando a chance a sua utilização contra hegemônica.

Reportando-nos ao surgimento da "sociedade civil" (JOHN LOCKE 1632-1704), na América Latina, mais especificamente no Brasil, o pensamento culturalmente construído se organizou sob a hegemonia da sociedade europeia, cuja característica é excludente. Sendo assim, Santos (2007) denomina como "pensamento abissal" aquele que consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: "[...] o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha" (SANTOS, 2007, p. 3). Na visão do autor, ambos os pensamentos, regulamentados entre a dicotomia da regulação e emancipação e a dicotomia apropriação e violência, sendo que a primeira se aplica ao universo "deste lado da linha", a sociedade metropolitana; os coloniais (visíveis) e a segunda se aplica ao universo "do outro lado da linha", os chamados territórios colônias (invisíveis).

Neste entendimento, em analogia com os dizeres de Santos (2007), destacamos que as bases constituintes do modelo de Universidade elitista no Brasil contemplaram [e parece ainda contemplar em grande parte] o universo "deste lado da linha", ou seja, contribuíram para o processo de invisibilidade daquilo que fora produzido como inexistente [a classe trabalhadora e os grupos considerados minoritários], justamente porque estes foram, historicamente,

excluídos de maneira radical porque permaneceram exterior ao universo universitário, ficando "do outro lado da linha", à mercê. Com isso, ao se ocupar o ambiente das Universidades com a classe dita dominante, "este lado da linha" "[...] só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica" (SANTOS, 2007, p. 4).

Logo, a relação do acesso ao conhecimento, como já mencionado anteriormente, historicamente construído entre ideologias hegemônicas, se vê entre modificações para a consolidação de sua cultura, tornando-se invisível entre linhas abissais, no mundo contemporâneo, travando-se uma guerra contra o pensamento pós-abissal.

Na contramão do modelo elitista, defendemos um espaço plural no conhecimento universitário, neste o "outro lado da linha" tem voz e vez (VAZ, 2018). Os saberes culturais daqueles e daquelas que foram invisibilizados pelo universo "deste lado da linha", agora estão, cada vez mais, presentes e ocupam espaços significativos que buscam lugar de fala e fazem ecoar suas vozes na luta por seus direitos, sendo um deles o acesso à educação. Por essa razão, o pensamento pós-abissal e a ecologia de saberes, de acordo com os pressupostos de Boaventura de Sousa Santos, parece-nos ser um caminho rico e promissor para fundamentar a visão de Universidade que levantamos a bandeira de defesa: aquela que contribui ao processo de efetivação dos direitos da cidadania em uma concepção de educação humanizadora.

A Universidade elitista surgiu para colocar a razão pragmática no lugar da ciência artesanal e limitada pela fé. Passando ao atendimento de exigências dos novos meios de produção e forjando, inicialmente, uma restrita camada de ideólogos da nova sociedade. Com origem na Idade Média, no que diz Medeiros (2013, p. 54), "[...] teve função de unificar a cultura europeia e sua existência sempre esteve associada à criação e à difusão do conhecimento e dos saberes científicos. Atualmente, ainda é reconhecida como uma instituição conservadora e nobre".

Entre as propostas e tentativas de constituir um modelo universitário, ainda no Brasil Colônia, Vaz (2018, p. 87) ao escrever sobre o desenvolvimento da passagem para o capitalismo industrial, faz um apontamento, em citação de Souza (2018):

[...] do Brasil colônia escravocrata – quando a grande maioria da população era composta por uma ralé de agregados e escravos condenados à exclusão, a educação, de caráter extremamente seletivo, autoritário, escolástico e literário, se dirigia aos donos de terras – até a revolução modernizadora de 1930, que implementou o capitalismo industrial no país, esse cenário não evoluiu muito.

Com a implementação da ditadura do Estado Novo na década de 30, mais especificamente de 1937 a 1945, o Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, "[...] de inspiração fascista das iniciativas do governo [...]" (FAUSTO, 2006, p. 337), propiciava-se centralizar tudo que fosse ao alcance para as mãos do Estado, ou seja, o líder militar e político queria um Estado forte e poderoso (SOUZA, 2018). Segundo Souza (2018, p. 21), "[...] para que isso pudesse se concretizar, via na educação um meio excelente para a construção de sua megalomaniaca hegemonia".

A concepção de uma "nova" Universidade brasileira coloca em destaque, consigo, a agregação da pesquisa e da extensão como eixo articulador das práticas de ensino. Para Mazzilli (2011), com a função de integrar pesquisa e ensino no modelo universitário, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo lideraram, ainda na década de 30, movimentos importantes ao debate. As instituições que passaram a incorporar pesquisa e extensão, ao que indica Mazzilli (2011, p. 210) foram fundamentadas "[...] pelos ideais humboldtianos que inspiram a expressão da Universidade de Berlim, foram criadas, naquela década, a Escola Livre de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF)". Neste sentido, a pesquisa passou à incorporação das práticas de ensino e a extensão à integração com comunidade externa. Contudo, com o processo de implementação das novas Universidades, educadores organizavam-se a um movimento de renovação, que segundo Mazzilli (2011, p. 210) tinha "[...] como ponto de aglutinação as teses da educação da Escola Nova".

Ao ser mencionada no "Manifesto dos Pioneiros", a questão universitária começa a fincar uma estaca que vislumbraria, mais tarde na história, percebermos a função do que hoje conhecemos como o tripé "ensino-pesquisa-extensão". No documento referido, fora proposto que as Universidades poderiam vir a assumir uma "tríplice função". A elaboração e transmissão do conhecimento, como também o desenvolver das ações sociais, na forma de "vulgarização ou popularização da ciência" seriam demandas recorrentes (MAZZILLI, 2011).

De acordo com Romanelli (1986, p. 149), tais atividades seriam responsabilidade de "[...] instituições de extensão universitária das ciências e das artes". Tal manifesto representou ainda marco relevante ao que pôde entender por uma educação como um direito individual, sem diferenças de classes ou situação econômica, sendo, portanto, dever do Estado assegurá-la. A visão do processo educativo que se instauraria seria de uma educação única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

Nesta perspectiva, as funções do tripé universitário caberiam a articulação das

metodologias das Instituições de Ensino Superior, como ressalta Silva (2000). A necessidade da indissociabilidade "ensino, pesquisa e extensão" ocorreu e vêm se fortalecendo dados conflitos em torno da definição do perfil e do papel da Universidade ao longo da história, viabilizando os direitos fundamentais ao acesso dos sujeitos invisibilizados pela cultura eurocêntrica, se constituindo na década de 80, na primeira Constituição Federal brasileira – CF – (BRASIL, 1988), o sentido de autonomia da Universidade, previsto no Art. 207, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valor supremo, se titula que as instituições de Ensino Superior, gozem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Na leitura interpretativa que fazemos, dado referencial teórico de análise, as funções da Universidade obedecerão ao princípio de indissociabilidade dos modelos de uma instituição que viabiliza os direitos à educação e a valorização da "ecologia de saberes" com ações que envolvem princípios de "ensino-pesquisa-extensão", numa perspectiva de inclusão social.

A compreensão de um conhecimento acumulado "pluriversitário" não favorece só as comunidades que têm seus saberes visibilizados. Como bem ilustra Santos (2004), a Universidade se clarifica nesse processo. Dadas características do Ensino Superior, podemos ter no ensino das áreas de formação profissional a materialização dos achados/resultados de pesquisas acadêmicas, as quais poderão levar ao patamar de renovação do conhecimento que atenda às necessidades formativas tanto daqueles que estudam (acadêmicos) quanto daqueles que vivem em sociedade e se beneficiam destes saberes direta ou indiretamente, o que pode ocorrer com a extensão.

Como afirma Castro (2004, p. 14), a atividade extensionista:

[...] se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre as várias áreas do conhecimento. Para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializa, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica.

Essa valorização e necessidade da indissociabilidade "ensino, pesquisa e extensão" ocorreu e vem se fortalecendo dados conflitos em torno da definição do perfil e do papel da Universidade ao longo da história.

Na história do tempo presente, existem algumas tentativas de minimizar a falta de acesso ao campo educacional. Especificamente, em relação ao Ensino Superior, tivemos, no governo Lula e Dilma, expressiva expansão dos *campi* das instituições federais na tentativa de minimizar a dívida histórica para com aqueles e aquelas que estiveram "do outro lado da linha". Uma política significativa, a qual o *campus* da UFMS Naviraí<sup>2</sup>, município do interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS) com aproximadamente 55.689 habitantes, fora contemplado, refere-se ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Trata-se de "[...] uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social" (BRASIL, 2009, p. 3).

A necessidade de expansão da Educação Superior em nosso país é premente, visto que, em média nacional, apenas 24,31 % dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público (BRASIL, 2009, p. 3).

Considerada política de democratização da educação superior, o REUNI teve efeitos importantes, quando avaliado em sua iniciativa, dado ao expressivo número do Programa de Expansão em sua primeira fase. Dentre as 54 instituições federais, existentes naquele período, 53 aderiram-no. Contudo, muitos foram os desafios e ainda existem dadas características do público-alvo atendido e dos municípios para os quais as Universidade expandiram-se.

Neste contexto, defendemos o posicionamento de que não basta ofertar acesso ao Ensino Superior. É preciso, sobretudo, pensar formas de permanência, haja vista que a oportunidade de reestruturação acadêmica das Universidades só alcançará seus objetivos se promover inovações pedagógicas em suas propostas, bem como recursos humanos, orçamentários e infraestruturais.

Em síntese, frente ao debate posto no diálogo desta seção, defendemos o posicionamento de que as ações do tripé universitário "ensino-pesquisa-extensão" devem prever e garantir, minimamente, atividades que demandem envolvimento dos alunos a partir de investimento em bolsas de estudos de distintas naturezas, nas quais os estudantes possam se envolver e garantir parte dos recursos para manter firme o propósito de conclusão do curso.

---

2 O *Campus* de Naviraí iniciou suas atividades no ano letivo de 2009, com dois cursos de graduação – Licenciaturas em Ciências Sociais e Pedagogia – criados pela Resolução COUN nº 65, de 28 de agosto de 2008, disponibilizando cada um deles, anualmente, 60 vagas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como parte que integra o trabalho de conclusão de curso (TCC), em desenvolvimento, descrevemos no artigo a primeira etapa de análise de dados, a qual buscou mapear as ações do tripé universitário desenvolvidas no CPNV no período circunscrito para o levantamento em questão. Pautados nos pressupostos da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), com um processo de tratamento dos dados em uma perspectiva quantitativa, direcionamos olhares e esforços para caracterização destes.

Desse modo, realizamos contato direto com os presidentes das comissões dos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* para que pudéssemos identificar o quantitativo de ações realizadas. Com tais informações em mãos, o próximo passo foi perceber quais destes incorporavam aspectos da inovação na operacionalização e dinâmica de seus processos.

Foi possível identificar nos dados disponibilizados que, entre 2016 e 2020, foram implementadas 51 (100%) ações pelos cursos de Administração, Ciências Sociais e Pedagogia<sup>3</sup>. Destes, 45% (23) são da licenciatura em Pedagogia; 27% (14) de Administração; 26% (13) de licenciatura em Ciências Sociais; e 2% (1) dos projetos ligado as licenciaturas do CPNV.

A descrição mais detalhada dos focos será apresentada a seguir.

### 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

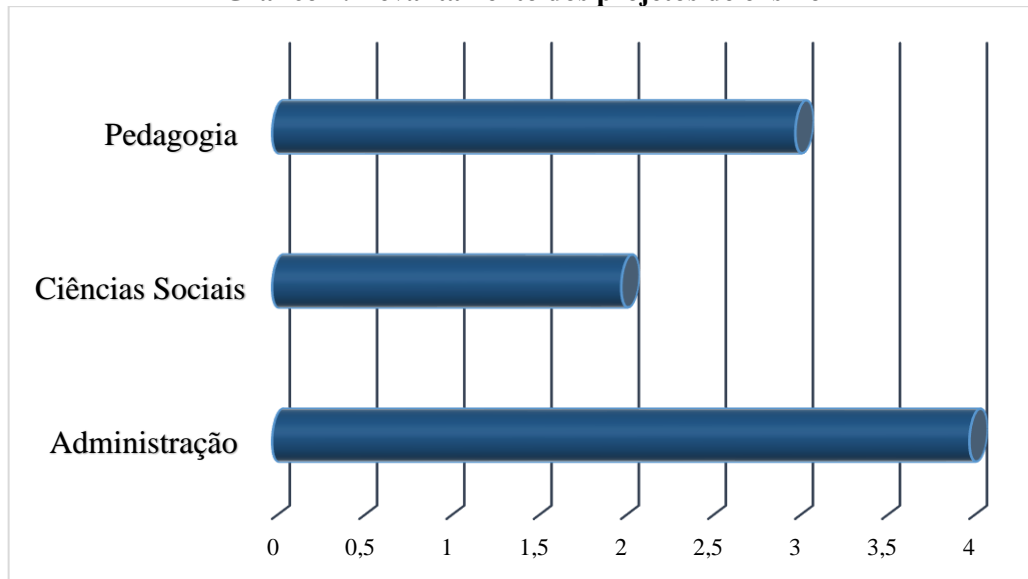
Tomando como base o tripé universitário, categorizamos as ações a partir de projetos por unidade formativa presentes na Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). Neste sentido, o gráfico 1 ilustra o quantitativo por curso:

---

<sup>3</sup> Dadas as especificidades do presente estudo, embora o curso de Arquitetura e Urbanismo esteja em vigência no CPNV, este não entrou no escopo analítico porque trata-se de uma formação implantada recentemente na UFMS de Naviraí.



**Gráfico 1: Levantamento dos projetos de ensino**

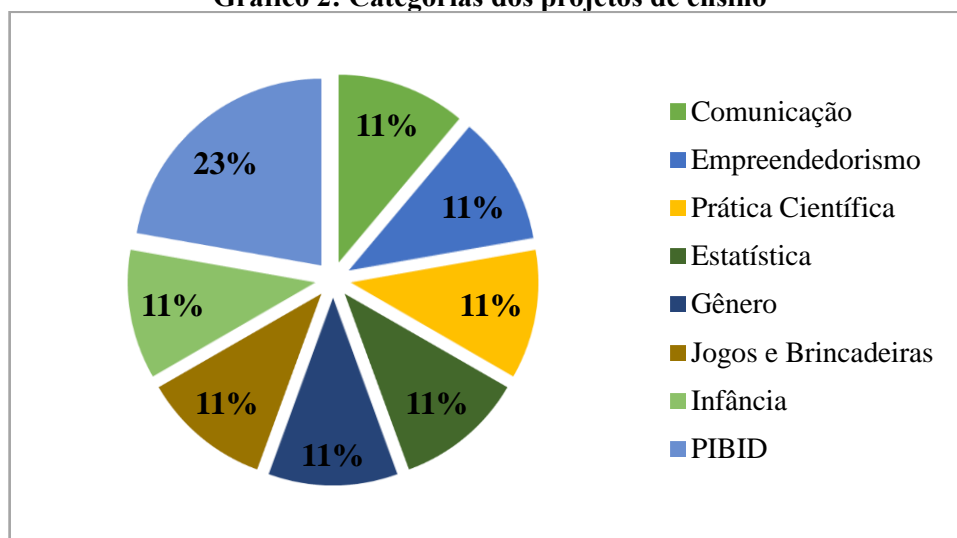


Fonte: Os autores (2020).

Conforme vimos, o curso de Administração foi o que mais realizou projetos de ensino nos últimos 5 anos, estes relacionados a temas como, por exemplo, "comunicação", "empreendedorismo", "práticas científicas" e "estatística". A Pedagogia, totalizou 3 ações com focos em "jogos e brincadeiras", "metodologias da infância" e o "Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência" (PIBID) e Ciências Sociais teve 2, sendo um em "Gênero" e o segundo sendo o "PIBID".

Em termos percentuais, por temáticas abordadas nos projetos de ensino destes três cursos, podemos visualizar a subdivisão abaixo:

**Gráfico 2: Categorias dos projetos de ensino**

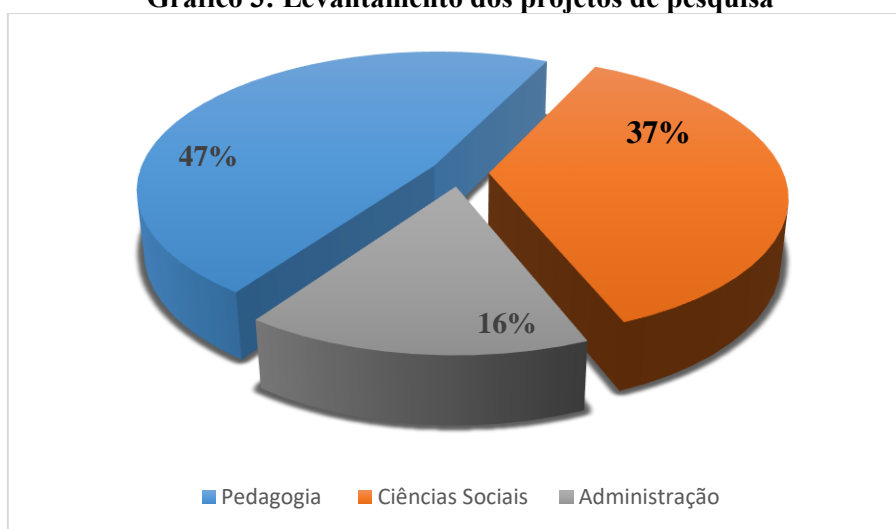


Fonte: Os autores (2020).

No que respeita o quantitativo em seu valor numérico, a totalidade refere-se a 7 (100%), destes o PIBID apresenta 23% (2); as demais esferas contêm 11% (1) em cada campo.

O segundo pilar do conhecimento universitário (pesquisa) se aplicou em 19 (100%) dos projetos. Sendo assim, o gráfico 3 ilustra o quantitativo por curso:

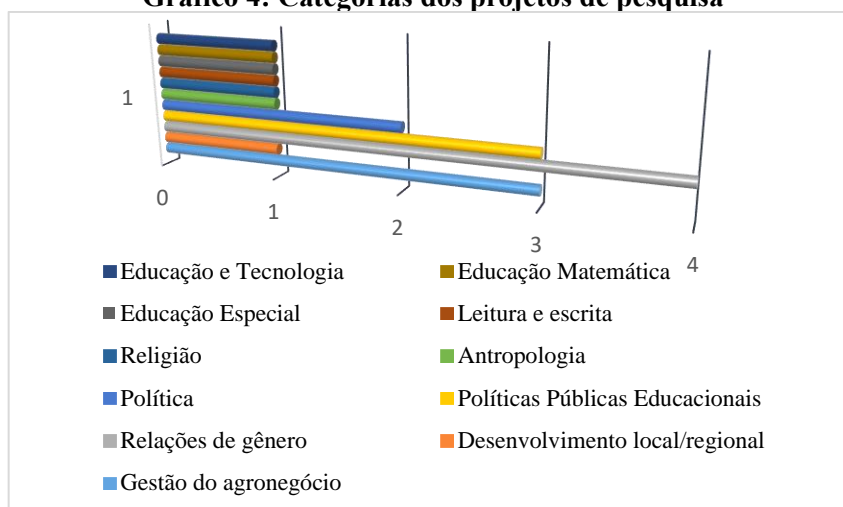
**Gráfico 3: Levantamento dos projetos de pesquisa**



Fonte: Os autores (2020).

Conforme dados do gráfico acima, no levantamento dos projetos de pesquisa, no *ranking* deste, a Pedagogia possui 9 ações (1º lugar); seguida do curso de Ciências Sociais com 7 e, por fim, Administração com 3. Sobre as temáticas, ficam assim distribuídas:

**Gráfico 4: Categorias dos projetos de pesquisa**



Fonte: Os autores (2020).

A categoria "Gênero", em primeiro lugar como tema das investigações, centra-se em estudos ligados as licenciaturas em Ciências Sociais (1) intitulado "Cultura, memória e relações de gênero: (re)construindo identidades e subjetividades na educação e na sociedade naviraíense da década de 1990"; e Pedagogia (3), sendo estes: "Representações sociais de famílias, gestores e docentes do gênero masculino do estado de Mato Grosso do Sul sobre a atuação de homens professores com crianças", "Gênero, sexualidade e diversidade: representações sociais da comunidade escolar de Mato Grosso do Sul" e "Atuação de professores homens na Educação Especial sul-mato-grossense e escolas públicas paraguaias: representações sociais da comunidade escolar".

As "Gestão do agronegócio" somam pesquisas de Administração e Ciências Sociais. Os projetos de Administração englobam temáticas acerca de: "Gestão inteligente de propriedades agropecuárias: Smart Farming no estado do Mato Grosso do Sul" e "Estruturas de governança e capital social na Netchain: estudo das relações de troca entre produtores e compradores no sistema de carne bovina diferenciada no Estado do Paraná". Já nas Ciências Sociais, o estudo identificado foi "Assentamentos rurais e agricultura familiar no Cone Sul, Mato Grosso do Sul: uma Arqueologia sócio-histórica".

Em "Políticas Públicas Educacionais" tivemos: "Estado e sociedade: as políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes no município de Naviraí-MS"; "O trabalho docente no contexto das políticas públicas de acesso e permanência ao ensino público de Nível Superior" e "A voz e a vez dos excluídos: narrativas de acadêmicos sobre o trabalho dos professores na UFMS no campo das políticas afirmativas", sendo o primeiro ligado à Pedagogia e os demais vinculados ao curso de Ciências Sociais.

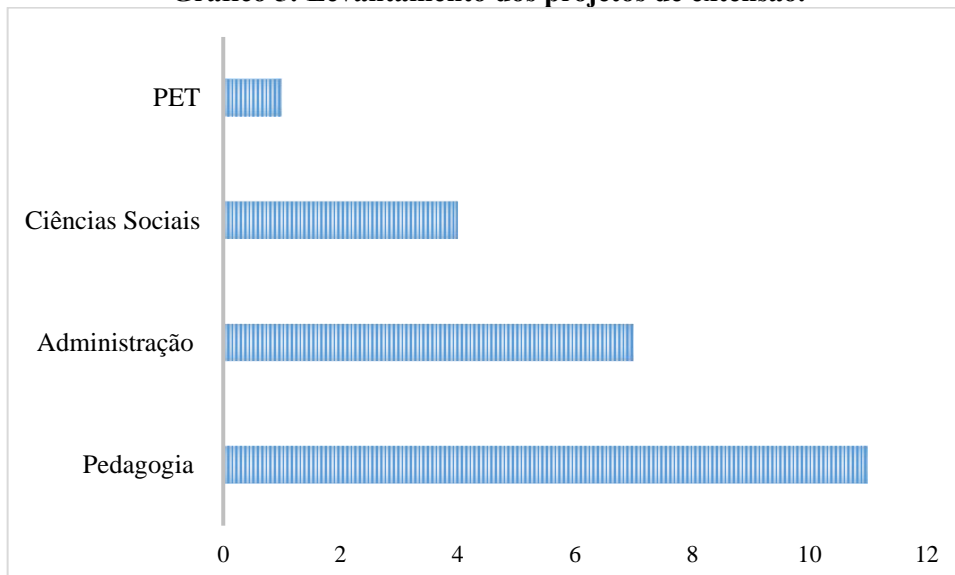
A categoria "Política", com dois projetos das Ciências Sociais, os quais foram: "A mecânica da continuidade: um estudo comparado do direito à reeleição presidencial no Brasil e na Argentina" e "Representação, participação e desigualdades: uma análise do contexto institucional e político do Mato Grosso do Sul", ocupou a terceira posição no computo geral das ações que tiveram mais de um estudo no período circunscrito para a presente análise.

Como os demais projetos somaram o mesmo número (1), compreendemos estar explícito o objeto de apreciação investigativa dos mesmos e, por essa razão, não descreveremos os títulos.

Reportando-nos aos cursos de extensão ofertados no CPNV, a terceira base do tripé universitário, no mapeamento localizamos 23 (100%) atividades. Deste quantitativo geral,

podemos observar a divisão desta proporção abaixo:

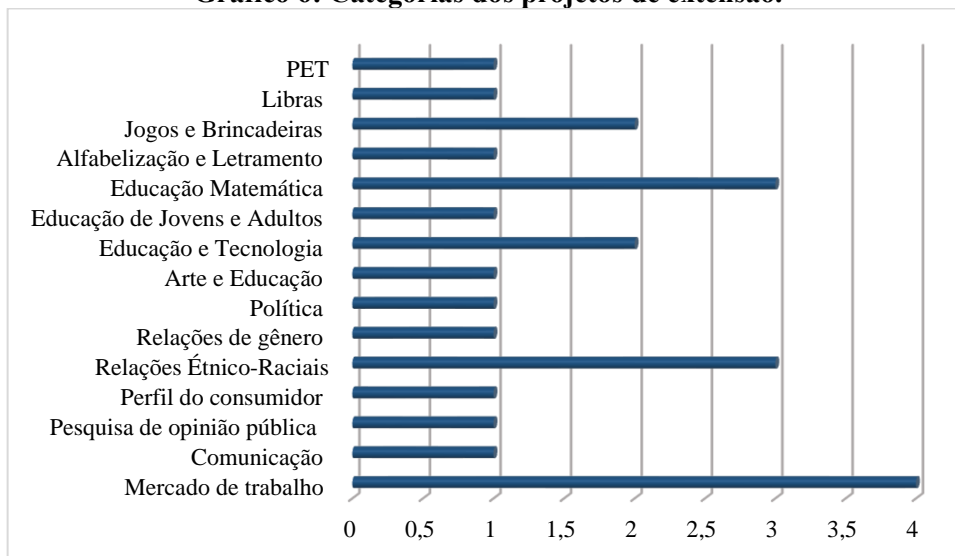
**Gráfico 5: Levantamento dos projetos de extensão.**



Fonte: Os autores (2020).

Com base nos dados, é possível inferir que nos últimos cinco anos o curso de Pedagogia ofertou 48% (11) ações, Administração 31% (7) e Ciências Sociais 17% (4), dentre estas incluímos o Programa de Educação Tutorial (PET) com 4% (1), em ambas as licenciaturas, por tratar-se de uma atividade formativa que integra ações de extensão com intervenções junto a comunidade. A disposição e agrupamento por focos de atuação dos três cursos entre 2016 e 2020 são destacadas da seguinte forma:

**Gráfico 6: Categorias dos projetos de extensão.**



Fonte: Os autores (2020).

Dentre as categorias dispostas no gráfico, podemos observar que existem 5 que somaram mais de uma ação. Portanto, estas serão destacadas de forma mais específicas para que possamos verificar seus temas emergentes: "Mercado de trabalho", "Relações Étnico-Raciais", "Educação Matemática", "Educação e Tecnologia" e "Jogos e brincadeiras".

Na categoria "Mercado de trabalho", foram identificados: "Mercado de trabalho e qualificação profissional: diagnóstico, ações e proposições para o município de Naviraí-MS"; "Ações para o fortalecimento da Amaju"; "Empregabilidade jovem: desenvolvendo habilidades e competências para o mercado de trabalho"; e "Mercado de trabalho e o desenvolvimento profissional: oportunidades e desafios para o trabalhador", todos do curso de Administração.

Sobre "Relações Étnico-Raciais", os títulos "História e Cultura Afro-Brasileira: os desafios para a educação das relações étnico-raciais" e "Formação de professores em História e cultura indígena", integram o curso de Ciências Sociais. A ação "Infância, Interculturalidade e Etnomatemática na Educação Infantil: o atendimento à criança indígena" foi desenvolvida no curso de Pedagogia em uma interface com parte do público-alvo de Ciências Sociais.

A categoria "Educação Matemática" somou três projetos, a saber: "Compartilhando saberes em Geometria nos anos iniciais"; "Criança, Matemática e Ludicidade: integrando Educação Infantil e Ensino Fundamental"; e "Literatura Infantil, Diversidade e Educação Matemática", especificamente destinados para professores pedagogos da rede municipal de educação local e acadêmicos em formação inicial.

Em "Educação e tecnologia" temos: "As tecnologias móveis na escola e o trabalho docente" e "Tecnologias e projetos interdisciplinares nos anos iniciais do ensino fundamental" ambos de Pedagogia. Por último, "Jogos e brincadeiras" com: "Brincadeira de criança: discutindo práticas pedagógicas e formação docente" e "Jogos, brinquedos e brincadeiras: a infância e sua singularidade", também do mesmo curso.

Em síntese, conforme verificamos ao longo deste tópico, ao que tudo indica, em relação aos projetos de ensino Administração teve um número maior quando comparado com os demais cursos. Isso porque contabilizou 4 dos 7 desenvolvidos desde 2016. No que respeita à pesquisa, o curso de Pedagogia totalizou 9 investigações institucionais dentre as 19 mapeadas. A extensão com 22 intervenções no total, 11 estiveram sob coordenação de docentes também vinculados à Pedagogia.

Assim, o percentual geral somando ensino-pesquisa-extensão os cursos ocupam destaque na seguinte ordem: 45% Pedagogia; 27% Administração; e Ciências Sociais com 26%.

Os 2% restantes destinam-se aos projetos que inter-relacionam mais de uma área como, por exemplo, as atividades de Libras e o Programa de Educação Tutorial (PET).

Por se tratar de um *Campus* pequeno e um quadro docente limitado (aproximadamente 8 professores efetivos por curso), é necessário pontuar que o número de projetos é considerado significativo e o esforço empreendido nesse sentido deve ser reconhecido. Entretanto, cabe aqui uma crítica ao modelo de Universidade que queremos, pois para alcançar a pluralidade de pensamentos dirigidos para uma ecologia de saberes, é urgente a destinação de maiores recursos para os *Campi* de interior, tanto no sentido quantitativo de mão-de-obra quanto capacitação para formação humana, aquisição e infra-estrutura logística para atender os estudantes.

No conjunto, os cursos objetos da pesquisa desenvolvem ações relevantes que implicam um movimento necessário em direção à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de garantir um processo formativo mais plural e significativo, oportunizando aos estudantes outras formas de apropriar-se de conhecimentos.

## 5 CONCLUSÕES

Diante do exposto e dados os critérios de seleção dos projetos para descrição mais detalhada e, posteriormente, desenvolvimento de uma entrevista narrativa com estudantes cursistas e/ou bolsistas destes, o princípio da inovação enquadra-se, na leitura interpretativa que fazemos, naqueles que abordaram temáticas emergentes de necessidades, bem como de ordem da demanda social e que possibilitaram impactos nos setores em que transcorreram. Logo, em relação aos projetos de ensino, o PIBID pelo seu caráter ininterrupto da transversalidade formativa ofertada é o que julgamos pertinente analisar. No quesito pesquisa, ficou evidente o tema: 1) inserção da figura masculina como professor de crianças.

Já nas atividades de cunho extensionista, por tomar como base o contexto trabalhista presente no município de Naviraí, o projeto "Mercado de trabalho e qualificação profissional: diagnóstico, ações e proposições para o município de Naviraí-MS", nos parece ser o mais inovador dado ao desenvolvimento empreendedorista.

Em síntese, diante do exposto ao longo do artigo, podemos concluir que o CPNV desenvolve, de modo articulado e com potencial formativo aos estudantes, inúmeras atividades que articulam de modo indissociável o tripé universitário. Reportando-nos ao contexto da

investigação de TCC, o próximo passo será a seleção de estudantes que estiveram vinculados as ações, as quais foram apresentadas de forma detalhada na análise, para compreender seus sentidos e experiências na futura entrevista narrativa, o que julgamos pertinente e tema emergente para as discussões no que respeita às políticas de ações afirmativas reveladas em suas vozes.

Por fim, é importante destacar o processo de indissociabilidade vinculado entre ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da inovação presentes no *Campus* de Naviraí que, dirigidos pelo princípio de autonomia universitária, pelo fortalecimento da tridimensionalidade do conhecimento plural, revelam projetos voltados para experiências significativas que, no encontro entre teoria e prática, buscam a valorização de outros saberes, para além do pensamento abissal.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Outubro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18, jun. 2020.

BRASIL, Presidência da República (Casa Civil). Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em: 2, jun. 2020.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: **Anais... REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 27., Caxambu, 2004.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBP**. v. 27, n. 2, p. 205-221, 2011.

MEDEIROS, A. L. de. **Cartografia simbólica da dignidade dos docentes de universidades brasileiras: uma reflexão à luz de Boaventura Sousa Santos**. 2013. 157f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8<sup>a</sup>. ed. Petrópolis:

Vozes, 1986.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 48, p. 11-32, 1997.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999. [Relatório ONU]

SILVA, M. das G. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: 23<sup>a</sup> REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2000. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000.

SOUZA, E. A. M. de. História da Educação no Brasil: O elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 23 (12), p. 15-33, 2018.

VAZ, T. R. D. **Para Além dos Nascidos em Berço Esplêndido** – Narrativas Docentes sobre o Trabalho do Professor no Campo das Políticas de Ações Afirmativas na UFMS. 2018. 328f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP. 2018.